



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0015347-53.2021.6.05.8000
COORDENADORIA DE EQUIPAMENTO E SUPORTE
INTERESSADO : SEÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA
SEÇÃO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS
SEÇÃO DE COMISSIONAMENTO E FREQUÊNCIA
ASSUNTO : Julga recurso. Adjudica itens e homologa pregão

DECISÃO nº 1809136 / 2021 - PRE/DG/ASSED

1. Cuidam os autos de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, que tem por objeto Registro de Preços visando a eventual aquisição de leitor biométrico, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 35/2021, documento n.º 1768156.
2. Concluída a instrução da fase interna da licitação, esta Unidade Diretiva autorizou a abertura do certame, documento n.º 1762015.
3. Após realização do procedimento e diante da interposição de recurso, os autos foram encaminhados à Diretoria-Geral, com decisão do pregoeiro pelo não acolhimento do recurso.
4. A unidade demandante confirmou que a proposta da empresa vencedora atendia os requisitos do edital, documento n.º 1807291.
5. Instada, a ASJUR se pronunciou nos seguintes termos:

Sem maiores delongas, e até porque a questão já foi extensamente abordada pelo Pregoeiro (doc. nº 1800107), julgamos que as alegações da empresa, de fato, não merecem prosperar.

6.1. Não fosse pela categórica afirmação da área demandante, acerca da conformidade dos bens ofertados pela licitante ora declarada vencedora (doc. nº 1807291), bem assim pela confirmação do atendimento às especificações do edital, nas mensagens trocadas com o Pregoeiro, **fls. 9, da Ata do Pregão** (doc. nº 1799787), a Recorrente não traz, de forma objetiva, qualquer comprovação em contrário. Limita-se a noticiar o desatendimento, sem qualquer demonstração que corrobore tal afirmativa.

6.2. De relação à Certidão Negativa de Falência, não se verifica qualquer inobservâncias às regras editalícias, consistindo o documento apresentado pela vencedora em certidão obtida mediante acesso a *sítio oficial* (doc. nº 1799852, fls. 37/38), tal qual facultado ao Pregoeiro, como bem ressaltado no enfrentamento da peça recursal, ao referir-se à condição 11.7, que reza:

"11.7. Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá realizar consulta nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constituindo meio legal de prova, conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019".

6.2.1. Ora, se é facultado ao Pregoeiro a obtenção de documentos de habilitação mediante acesso a *sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões*, seria totalmente desarrazoado não aceitar qualquer certidão originalmente apresentada neste formato.

7. Ante o exposto, opinamos objetivamente pelo não acolhimento do Recurso impetrado pela empresa FERNANDO F ARAÚJO COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA ME/EPP, mantendo-se, por consequência, a decisão do Pregoeiro, que declarou vencedora para os itens 1 e 2, no Pregão nº 35/2021, a empresa EASYTECH INFORMATICA E SERVICOS LTDA.

É o parecer, *sub censura*.

6. Deste modo, lastreado no Parecer ASJUR n.º 747, documento n.º 1807798, e com base no art. 13, VI, do Decreto n.º 10.024/2019 julgo improcedente o recurso interposto pela empresa FERNANDO F ARAUJO COM E SERV DE INFORMÁTICA EIRELI, mantendo-se a decisão do pregoeiro pela habilitação da empresa EASYTECH INFORMATICA E SERVICOS LTDA. Por conseguinte, lastreado no Parecer ASSESD em documento n.º 1809037, com base nos arts. 13, VII, 45 e 48 do Decreto n.º 10.024/2019, art. 13 do Decreto n.º 7.892/13, art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/02, e nas atribuições do art. 123, V, da Resolução Administrativa n.º 4/2021, adjudico os itens 1 e 2, homologo a licitação realizada por meio do Pregão Eletrônico n.º 35/2021 e determino a convocação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, da empresa EASYTECH INFORMATICA E SERVICOS LTDA, CNPJ n.º 05.462.543/0001-44, para os itens 1 e 2, no valor total de R\$147.960,00, conforme Relatório Resultado por Fornecedor, Ata de Realização do Pregão Eletrônico e Relatório Final do Pregão, documentos n.ºs 1799862, 1799787 e 1800149.

7. Frise-se que as futuras contratadas deverão manter, durante toda a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos.

8. Encaminhe-se à SGA, para celebração da Ata de Registro de Preços e demais providências. Quantos aos itens desertos e fracassados, caso persista o interesse na aquisição, deverá adotar as pertinentes medidas.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 23/12/2021, às 16:39, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1809136** e o código CRC **274F8940**.